

Caracterização do Setor Informal a partir dos  
Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000

João Saboia  
Ana Lucia Saboia

Rio de Janeiro, Junho de 2004

# Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000

João Saboia  
Ana Lucia Saboia<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Mais de trinta anos após as primeiras discussões sobre o setor informal, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) propôs uma nova agenda relativa ao que foi definido como “Trabalho Decente”. Trata-se da preocupação com a incapacidade de geração de trabalho de boa qualidade em número suficiente para atender às necessidades da população mundial, dentro do atual processo de globalização, de modo a contribuir para a erradicação da pobreza no mundo contemporâneo.

Segundo a OIT, o trabalho, além de *produtivo*, deve ser *decente*. Tal conceito deve ser entendido sob vários aspectos: com liberdade e igualdade de oportunidades para homens e mulheres; com proteção contra acidentes, doenças do trabalho e demais itens da proteção social; sem trabalho infantil ou forçado; e com direitos de organização sindical e de negociação para permitir condições satisfatórias de remuneração e trabalho.<sup>2</sup>

Em geral, as piores condições de trabalho costumam estar associadas às atividades realizadas no setor informal da economia. Assim, haveria uma relação entre o trabalho (in)decente e o setor (in)formal. Neste sentido, a tentativa de dimensionar o tamanho do setor informal e apresentar suas principais características é de grande interesse para a discussão sobre o trabalho decente no Brasil.

O trabalho decente, entretanto, não é privilégio do setor formal, na medida em que muitos trabalhadores em seu interior não estão

---

<sup>1</sup> João Saboia é professor do Instituto de Economia da UFRJ. Ana Lucia Saboia é socióloga do IBGE.

<sup>2</sup> Ver documento da OIT de apresentação do Seminário Trabalho Decente: Emprego/Empreendedorismo com Proteção Social, Direitos Fundamentais e Diálogo Social, Brasília, 16/09/2003.

submetidos aos pré-requisitos exigidos pelo trabalho decente. Por outro lado, dentro da informalidade é possível encontrar diversas situações em que o trabalho poderia ser considerado decente.

O Censo Demográfico de 2000 apresenta uma ampla cobertura da população brasileira no mercado de trabalho. Diferentemente das demais pesquisas do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas amostrais, o Censo Demográfico cobre o universo da população, apresentando informações para todo o território nacional, inclusive ao nível municipal. Sua utilização permite uma tentativa de caracterização do setor informal no Brasil, identificando as desigualdades territoriais e os diferenciais entre os segmentos formal e informal da economia. Permite ainda referenciar espacialmente os indicadores de inserção no mercado de trabalho.

## **2. O Conceito de Setor Informal**

A noção de setor informal é complexa não havendo até hoje consenso entre os especialistas. O conceito surgiu a partir de estudos desenvolvidos no início dos anos setenta na OIT a partir do Programa Mundial de Emprego.<sup>3</sup> Naquela época, houve o reconhecimento que o padrão de desenvolvimento da economia mundial não era capaz de gerar empregos em número suficiente para absorver a população crescente nos países em desenvolvimento, criando assim formas específicas de organização da produção naqueles países.

Tais formas de organização da produção possuíam diversas características como a pequena escala de produção, a propriedade familiar, a utilização de recursos próprios e o uso intenso do fator trabalho entre outras. Portanto, o ponto de partida para a definição do setor informal da economia eram as características peculiares do processo de produção de suas unidades.

Segundo Souza, enquanto predominam relações tipicamente capitalistas no setor formal, sendo o assalariamento sua forma padrão de remuneração, no setor informal, não há uma clara separação entre

---

<sup>3</sup> Entre os trabalhos pioneiros, ver OIT, *Employment, Income and Equality: a Strategy for Increasing Employment in Kenya*, Genebra, 1972.

o capital e o trabalho e o assalariamento, embora possa ocorrer, não é a forma usual de remuneração.<sup>4</sup>

A OIT tem ratificado a visão do setor informal a partir da visão das unidades produtivas. Segundo Hussmans, o correto seria definir o setor informal a partir das características do processo produtivo das empresas e não dos indivíduos e de seus trabalhos.<sup>5</sup>

Esta é também a posição de Cacciamali ao criticar a utilização direta e sem maiores qualificações de categorias relativas à inserção do indivíduo no mercado de trabalho para a caracterização do setor informal. Segundo ela, por exemplo, um empregado sem carteira assinada pode fazer parte do setor formal, desde que a empresa contratante do setor formal esteja tentando reduzir seus gastos com encargos trabalhistas.<sup>6</sup>

Analogamente, um trabalhador, mesmo possuindo a carteira de trabalho assinada, poderia ser considerado como pertencente ao setor informal, se estiver envolvido num processo produtivo típico deste segmento da economia.

Dadas as características do mercado de trabalho brasileiro e das estatísticas disponíveis no país, é muito comum incluir no setor informal, além do trabalho por conta própria, o emprego sem carteira assinada, limitando o setor formal ao emprego com carteira assinada e ao serviço público civil ou militar. O raciocínio implícito neste procedimento é que a não assinatura da carteira de trabalho seria uma prática do setor informal e não do formal. Por outro lado, o trabalho por conta própria é a forma usual de inserção dos trabalhadores no setor informal.<sup>7</sup>

Nos últimos anos, o IBGE procurou incluir em suas pesquisas formas mais desagregadas de definição da posição na ocupação dos

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Souza, P. R., A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas, tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 1980.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Hussmans, R., Informal Sector: Statistical Definition and Survey Methods, OIT, Genebra, dezembro de 1997.

<sup>6</sup> Ver Cacciamali, M. C., Globalização e Processo de Informalidade, mimeo, São Paulo, 1999.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Saboia, J., Transformações no Mercado de Trabalho durante a Crise: 1980-1983, Revista de Economia Política, v. 6, n. 3, julho/setembro de 1986.

trabalhadores, de modo que é possível ampliar a análise do mercado de trabalho e do setor informal no país.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, a população ocupada pode ser classificada segundo as seguintes categorias por posição na ocupação, destacando-se a assinatura da carteira de trabalho e a contribuição previdenciária:

- a) Trabalhador doméstico com carteira assinada
- b) Trabalhador doméstico sem carteira assinada
  - b1) Trabalhador doméstico sem carteira assinada contribuinte
  - b2) Trabalhador doméstico sem carteira assinada não contribuinte
- c) Empregado com carteira assinada
- d) Funcionário público/militar
- e) Empregado sem carteira assinada
  - e1) Empregado sem carteira assinada contribuinte
  - e2) Empregado sem carteira assinada não contribuinte
- f) Empregador
  - f1) Empregador contribuinte
  - f2) Empregador não contribuinte
- g) Trabalhador por conta própria
  - g1) Trabalhador por conta própria contribuinte
  - g2) Trabalhador por conta própria não contribuinte
- h) Aprendiz/estagiário sem remuneração
- i) Trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio
- j) Trabalhador na produção para o próprio consumo

Uma classificação bem restrita do setor informal (informal 1) poderia incluir as categorias de posição na ocupação *b2, e2, f2, g2, h, i, j*, privilegiando a não assinatura da carteira de trabalho e a não contribuição previdenciária<sup>8</sup>. Tais trabalhadores não possuem qualquer proteção da legislação trabalhista ou previdenciária e sua inserção no mercado de trabalho é bastante precária.

---

<sup>8</sup> Pode parecer estranho incluir os empregadores não contribuintes neste grupo. Eles são tipicamente pequenos empregadores que se assemelham aos trabalhadores por conta própria não contribuintes. Supõe-se que os trabalhadores dos grupos h, i e j também não contribuam para a previdência.

Uma segunda classificação (informal 2), um pouco mais ampla, poderia incluir ainda os grupos *b1*, *e1*, destacando a não assinatura da carteira de trabalho dos trabalhadores assalariados, mesmo que, eventualmente, tais indivíduos contribuam para a previdência social enquanto autônomos.

Uma terceira classificação (informal 3), ainda mais ampla, poderia incorporar os trabalhadores por conta própria contribuintes *g1* cuja forma de inserção no processo produtivo não se modifica por contribuírem para a previdência. O trabalho autônomo é reconhecidamente típico do setor informal.<sup>9</sup>

Finalmente, poderiam ser ainda incluídos no setor informal (informal 4) os trabalhadores domésticos com carteira assinada. O fato de tais trabalhadores terem sua relação de trabalho formalizada através da assinatura da carteira de trabalho não muda a natureza de seu trabalho que é um dos mais característicos do setor informal<sup>10</sup>.

Desta forma, fariam parte do setor formal apenas os grupos *c*, *d*, *f1*, ou seja, os empregados com carteira assinada, os funcionários públicos/militares e os empregadores contribuintes. Tendo em vista os dados disponíveis do Censo Demográfico, esta nos parece ser uma boa forma de classificação de setor formal/informal no Brasil, deixando ao leitor a escolha segundo sua preferência por um dos quatro grupamentos para o setor informal apresentados<sup>11</sup>.

A tabela abaixo resume os quatro conjuntos de trabalhadores que poderiam ser considerados no interior do setor informal, desde o mais restrito (Informal 1) ao mais amplo (Informal 4)

Uma vez delimitados os grupos de trabalhadores pertencentes ao setor informal, a partir do Censo Demográfico de 2000, foram

---

<sup>9</sup> Provavelmente, tais trabalhadores contribuem para a previdência por terem rendimentos relativamente mais elevados que os demais ou por serem trabalhadores mais idosos e preocupados com seu futuro. Parte destes trabalhadores são profissionais liberais, embora uma parcela dos profissionais liberais seja classificada como empregadores se possuírem pelo menos um empregado (ex: secretária). Seria possível excluir do setor informal os autônomos que recebem altos rendimentos, o que não foi feito por ser um procedimento arbitrário e questionável.

<sup>10</sup> Cacciamali (1999) defende que o trabalho doméstico deve ser incluído no setor informal independentemente do fato de possuir ou não a carteira de trabalho assinada.

<sup>11</sup> Como a inclusão das empregadas domésticas com carteira assinada no setor informal é uma questão polêmica, o setor informal 4 não será analisado ao longo do texto.

preparadas tabulações detalhando as principais características pessoais de seus componentes (sexo, faixa etária, raça e nível de escolaridade). Além disso, os trabalhadores do setor informal foram desagregados segundo o setor de atividade onde trabalham e seu nível de remuneração.

O relatório inclui dois apêndices. No primeiro há uma seleção de 20 tabelas que complementam as informações discutidas ao longo do texto. No segundo estão apresentadas informações geo-referenciadas para os estados e as microrregiões, segundo o percentual do mercado de trabalho representado pelo setor informal e o nível de remuneração média.

Há ainda um detalhado anexo estatístico com informações brutas, valores médios e distribuições percentuais dos dados do setor informal. Os dados de cada tabela estão desagregados para todas as 556 microrregiões, além dos 27 estados, cinco regiões naturais e o total do país.

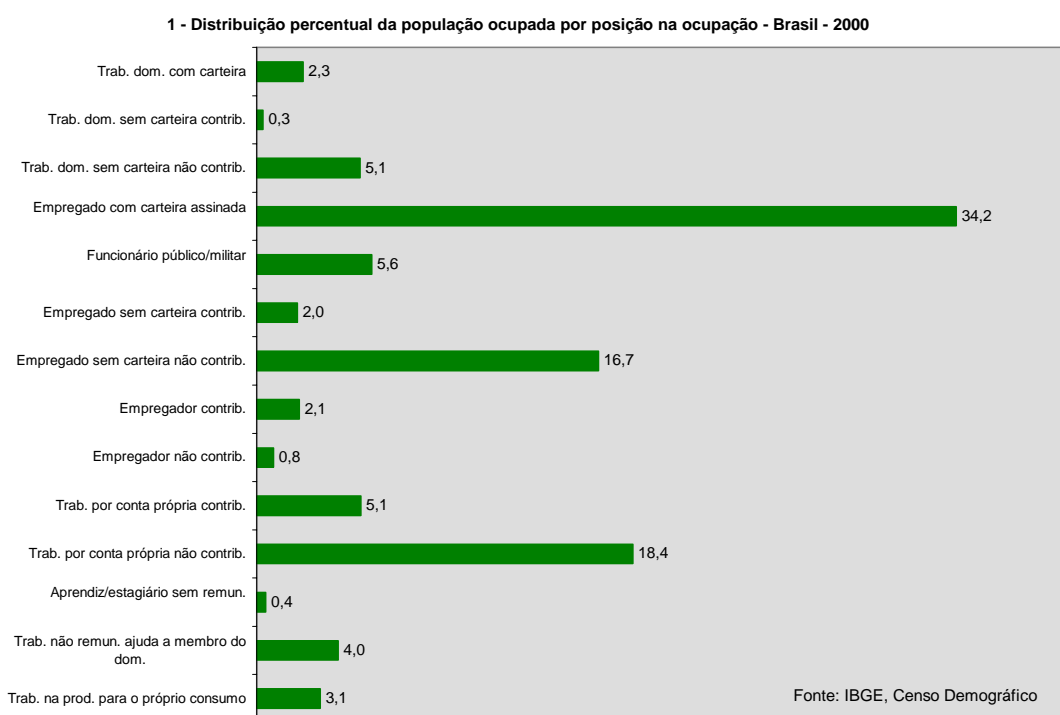
#### Classificação do Setor Informal por Categorias de Posição na Ocupação

Categorias de Posição na Ocupação	Informal 1	Informal 2	Informal 3	Informal 4
Trabalhador doméstico com carteira assinada				x
Trab. doméstico sem carteira assinada contribuinte		x	x	x
Trab. doméstico sem carteira assinada não-contribuinte	x	x	x	x
Empregado com carteira assinada				
Funcionário público/militar				
Empregado sem carteira assinada contribuinte		x	x	x
Empregado sem carteira assinada não-contribuinte	x	x	x	x
Empregador contribuinte				
Empregador não-contribuinte	x	x	x	x
Trabalhador por conta própria contribuinte			x	x
Trabalhador por conta própria não-contribuinte	x	x	x	x
Aprendiz/estagiário sem remuneração	x	x	x	x
Trab. não remunerado em ajuda a membro do domicílio	x	x	x	x
Trabalhador na produção para o próprio consumo	x	x	x	x

### 3. Caracterização da Posição na Ocupação da População Ocupada

A análise dos dados relativos à distribuição dos trabalhadores por posição na ocupação é o ponto de partida utilizado neste trabalho para o dimensionamento do setor informal no Brasil.

Das 65,6 milhões de pessoas ocupadas no Brasil em 2000, os empregados com carteira assinada, categoria típica do setor formal da economia, atingiam pouco mais da terça parte (34,2%). Os empregados sem carteira (18,7%) e os trabalhadores por conta própria (23,5%) são os dois outros grupos mais numerosos e são característicos do setor informal. As demais categorias – funcionários públicos/militares (5,6%), trabalhadores domésticos (7,7%), empregadores (2,9%), trabalhadores não remunerados em ajuda a membro do domicílio (4,0%), trabalhadores na produção para o próprio consumo (3,1%) e aprendizes/estagiários sem remuneração (0,4%) – completam o conjunto de posições na ocupação. (Gráfico 1)



É pouco comum a assinatura da carteira no trabalho doméstico. Enquanto o emprego doméstico sem carteira atinge 5,4% da população ocupada, o com carteira não passa de 2,3%. Por outro



lado, a contribuição previdenciária entre os trabalhadores autônomos também é bastante reduzida – pouco mais de um de cada cinco trabalhadores por conta própria contribui. Entre os empregadores, quase 30% não contribuem para a previdência social. São pouco frequentes os casos de empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada que contribuem para a previdência.

Os diferenciais regionais são imensos. Enquanto apenas 20% das pessoas ocupadas na região Norte são empregados com carteira assinada, na região Sudeste mais que dobra, chegando a 41,2%. O emprego sem carteira não passa de 13,9% na região Sul, enquanto atinge 22% no Nordeste e Centro-Oeste. O trabalho para o próprio consumo absorve 8,4% da população ocupada na região Nordeste e apenas 0,7% na região Sudeste. O funcionalismo público/militar varia entre 5,3% da população ocupada no Sudeste e 8,6% no Centro-Oeste. (Tabela 1)

Tabela 1 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por posição na ocupação e contribuição à previdência,

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Total</b>	<b>65 629 931</b>	<b>4 371 356</b>	<b>16 384 656</b>	<b>29 088 415</b>	<b>10 996 213</b>	<b>4 789 291</b>
Trabalhador doméstico com carteira assinada	2,3	1,0	1,2	3,1	2,3	2,2
Trabalhador doméstico sem carteira assinada	5,4	6,0	5,5	5,3	4,3	7,1
Trabalhador doméstico sem carteira assinada contribuinte	0,3	0,1	0,2	0,5	0,3	0,3
Trabalhador doméstico sem carteira assinada não contribuinte	5,1	5,9	5,3	4,9	4,0	6,9
Empregado com carteira assinada	34,2	20,0	22,3	41,9	38,3	31,7
Funcionário público/militar	5,6	8,1	5,4	5,3	4,6	8,6
Empregado sem carteira	18,7	20,5	22,0	17,8	13,9	22,0
Empregado sem carteira contribuinte	2,0	1,8	1,7	2,3	1,8	2,0
Empregado sem carteira não contribuinte	16,7	18,8	20,3	15,5	12,2	20,0
Empregador	2,9	1,8	1,9	3,3	3,6	3,4
Empregador contribuinte	2,1	0,9	1,0	2,5	2,9	2,2
Empregador não contribuinte	0,8	0,9	0,9	0,8	0,7	1,2
Trabalhador por conta própria	23,5	30,0	26,3	20,7	24,8	21,4
Trabalhador por conta própria contribuinte	5,1	2,5	2,5	6,1	8,1	3,5
Trabalhador por conta própria não contribuinte	18,4	27,5	23,8	14,6	16,8	17,9
Aprendiz / estagiário sem remuneração	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4
Trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio	4,0	6,6	6,6	1,6	6,1	2,0
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,1	5,5	8,4	0,7	1,5	1,2

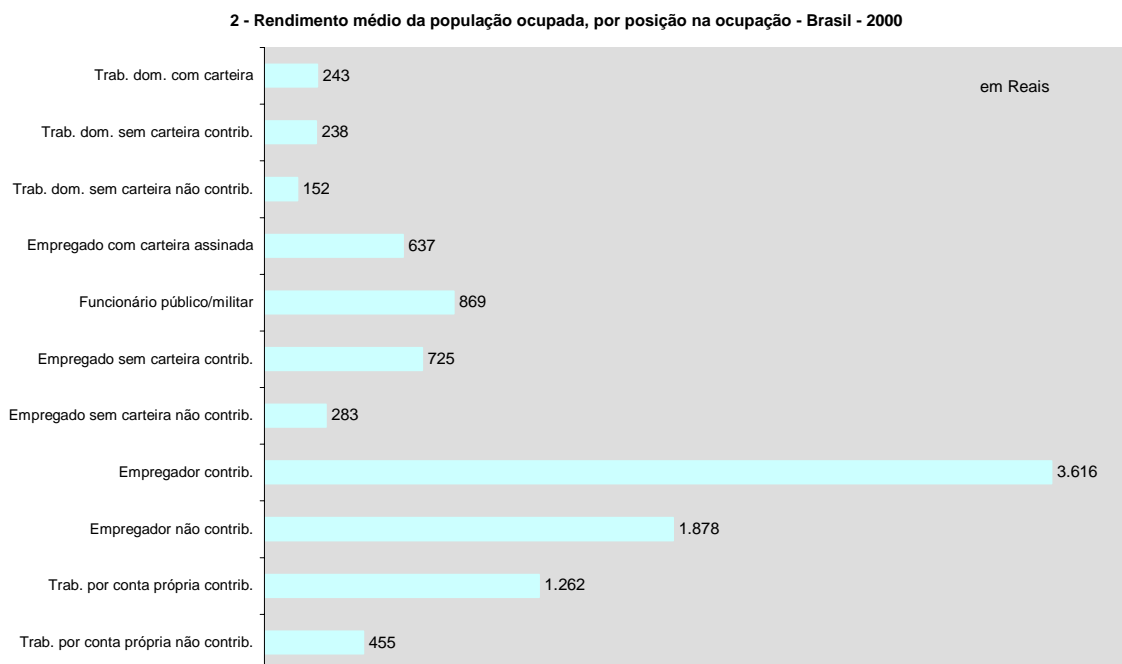
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Entre as unidades da federação, os percentuais de empregados com carteira assinada variam entre 11,9% da população ocupada no Maranhão e 46,3% em São Paulo. O funcionalismo público chega a 18,8% da população ocupada em Roraima e 14,2% no Distrito Federal. O emprego sem carteira assinada varia entre 12,4% da população ocupada em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e 26,3% em Tocantins. O trabalho para o próprio consumo chega a 11,4% no Maranhão e 10,3% na Paraíba. No Distrito Federal não passa de 0,1%. O trabalho não remunerado em ajuda a membro do domicílio

chega a 10,3% da população ocupada no Piauí, ficando abaixo de 1% no Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Para que se tenha mais informações sobre os trabalhadores que constituem os setores formal e informal, são apresentados a seguir dados relativos aos níveis médios de remuneração dos trabalhadores segundo as várias posições na ocupação consideradas neste trabalho.

Conforme esperado, as maiores remunerações são recebidas pelos empregadores contribuintes (R\$ 3616) seguidas pelos empregadores não-contribuintes (R\$ 1878). Os trabalhadores por conta própria contribuintes (R\$ 1262) recebem quase o triplo dos não-contribuintes (R\$ 455). Os funcionários públicos e militares (R\$ 869) e os empregados com carteira assinada (R\$ 637) possuem níveis de remuneração intermediários. O mesmo ocorre com os empregados sem carteira contribuintes (R\$ 725). As demais posições na ocupação possuem níveis de remuneração bem mais baixos – empregados sem carteira não contribuintes (R\$ 283), empregados domésticos com carteira (R\$ 243), empregados domésticos sem carteira contribuintes (R\$ 238) e empregados domésticos sem carteira não contribuintes (R\$ 152). (Gráfico 2)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico

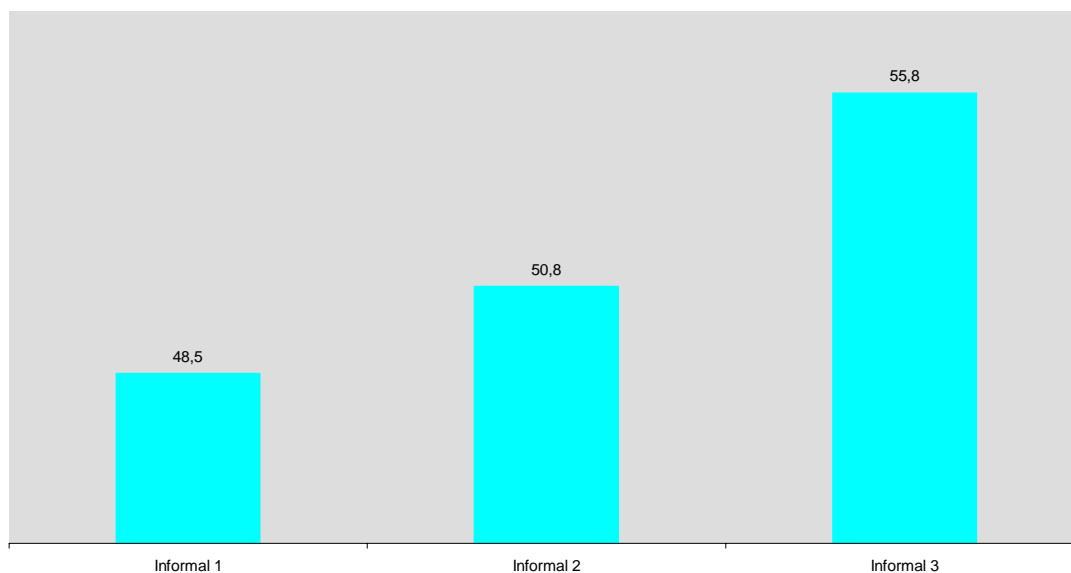
Portanto, nem todos os trabalhadores incorporados ao setor informal possuem níveis de remuneração baixos. Os empregadores não contribuintes, por exemplo, foram incluídos no informal 1, embora possuam o segundo nível mais alto de remuneração. Os empregados sem carteira assinada contribuintes, que foram incorporados ao informal 2, possuem remuneração média mais alta que os empregados com carteira assinada. Os dois grupos, entretanto, possuem participação muito pequena na população ocupada – 0,8% para os empregadores não contribuintes e 0,3% para os empregados sem carteira contribuintes.

A regra geral, entretanto, é encontrar o menor nível de remuneração entre os trabalhadores que constituem a maior parte do setor informal – empregados sem carteira não contribuintes; empregados domésticos em geral; trabalhadores por conta própria não contribuintes; além das três categorias sem remuneração (aprendiz/estagiário, trabalhador em ajuda a membro do domicílio e trabalhador na produção para o próprio consumo).

#### 4. O Setor Informal – Dados Gerais

As estimativas para o tamanho do setor informal no Brasil variam entre 48,5% no caso do informal 1 e 55,8 % para o informal 3. Pode-se, portanto, afirmar que aproximadamente um de cada dois trabalhadores brasileiros está no setor informal. (Gráfico 3)

3 - Percentual da população ocupada no setor informal 1, 2 e 3 - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Alguns segmentos da economia funcionam com grande parte dos trabalhadores na informalidade, especialmente a agricultura, pecuária, silvicultura, exploração vegetal e pesca. Mais de 80% de seus trabalhadores pertencem ao informal 1. No serviço doméstico, dois terços dos trabalhadores encontram-se em situação análoga. Na construção civil, o percentual também é alto, porém ligeiramente menor. Outros segmentos do terciário, como alojamento e alimentação, comércio, alguns serviços coletivos, sociais e pessoais, reparação de veículos e de objetos pessoais também são típicos do informal. (Gráfico 4)

4 - Percentual da população ocupada no setor Informal 1 - setores de atividade - Brasil - 2000



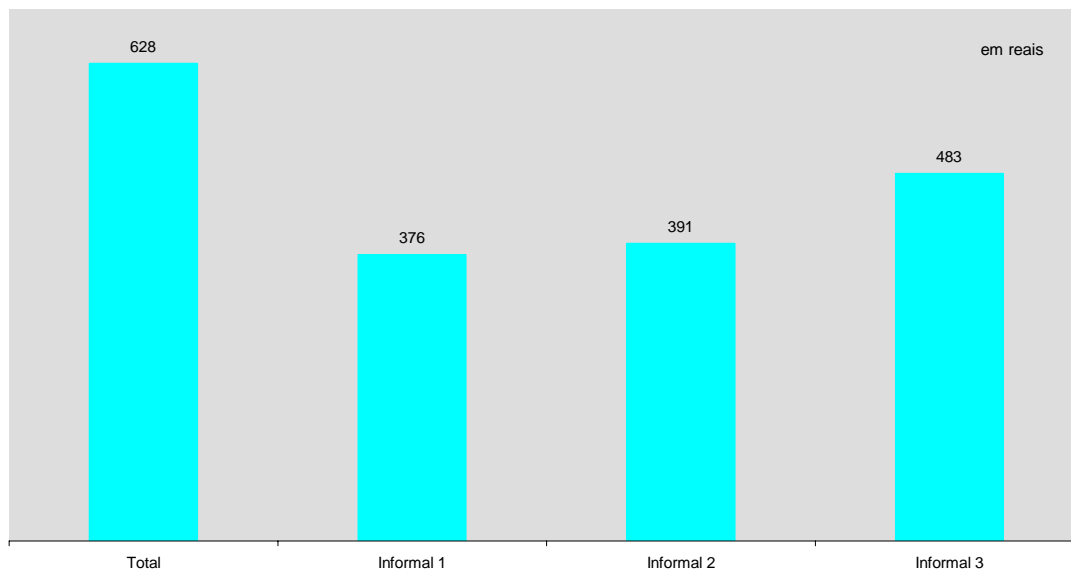
Fonte: IBGE, Censo Demográfico

A informalidade é relativamente pequena na administração pública e em alguns setores como a produção e distribuição de eletricidade, água e gás, intermediação financeira, saúde e educação.<sup>12</sup>

O nível médio de rendimento dos trabalhadores do setor informal é mais baixo que para o conjunto da população ocupada. Na medida em que se amplia o conceito do setor informal, há tendência de crescimento do nível médio de remuneração. Assim, enquanto no informal 1 não passa de R\$ 376 mensais, no informal 2 aumenta para R\$ 391 e no informal 3 chega a R\$ 483. Para o total de trabalhadores do mercado de trabalho (formal e informal juntos) o rendimento médio é bem mais alto atingindo R\$ 628. Esta informação confirma as piores condições de remuneração média existentes no setor informal já apontadas na última seção. (Gráfico 5)

<sup>12</sup> Teoricamente, a informalidade na administração pública não deveria existir se todos fossem funcionários públicos. Há, entretanto, pessoas subcontratadas, que trabalham na administração pública, classificadas nas diversas categorias incluídas no setor informal.

##### 5 - Rendimento médio da população ocupada no setor informal 1, 2 e 3- Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Quando analisadas as características pessoais da população ocupada, nota-se que há um certo equilíbrio na participação de homens e mulheres no setor informal. Os percentuais de homens e mulheres na informalidade são semelhantes. Enquanto 49,4% dos homens estão no informal 1, 47% das mulheres encontram-se em situação similar. No informal 3, os percentuais são 57,4% e 53,3%, respectivamente. (Tabela 2)

Conforme esperado, a incidência de pessoas pretas e pardas na informalidade tende a ser maior que para os brancos. Enquanto 42,2% dos brancos trabalham no informal 1, 52,6% dos pretos e 57,4% dos pardos encontram-se na mesma situação. No informal 3, os diferenciais permanecem elevados – 51,4%, 57,7% e 62,2%, respectivamente.

Um outro resultado esperado e confirmado pelos dados é a maior participação das pessoas de menor nível de escolaridade no setor informal. Entre aqueles com menos de um ano de estudo, 77,5% estão no informal 1. Para os que completaram o primeiro grau (8ª série), a participação cai para 43,1%. Quando consideradas as pessoas com 12 anos ou mais de estudo (universitários), apenas 18% estão no

informal 1. Para o informal 3, os percentuais são, respectivamente, 81,4%, 50,9% e 31,2%.

A probabilidade do trabalhador jovem estar no setor informal é muito alta. Tendo em vista a legislação brasileira, praticamente todos os jovens de 10 a 14 anos estão na informalidade. Quatro de cada cinco trabalhadores de 15 a 17 anos encontram-se no informal 1. A menor incidência de informalidade ocorre na faixa adulta de 25/54 anos. Para os mais velhos, entretanto, volta a crescer a probabilidade de trabalhar no setor informal. Sessenta por cento dos trabalhadores com 55 anos ou mais estão no informal 1.

Tabela 2 - % de população ocupada no setor informal segundo sexo, cor, anos de estudo e grupos de idade -Brasil 2000

<b>Características</b>	Informal 1	Informal 2	Informal 3
<b>Sexo</b>			
Homem	49,4	51,3	57,4
mulher	47,0	49,8	53,3
<b>Cor</b>			
Branca	42,2	44,6	51,4
Preta	52,6	55,0	57,7
Parda	57,4	59,4	62,2
<b>Anos de estudo</b>			
Menos de 1	77,5	79,0	81,4
1 a 3	68,8	70,5	74,2
4	56,3	58,5	64,8
5 a 7	56,0	57,9	61,5
8	43,1	45,4	50,9
9 e 10	43,6	45,7	49,3
11	27,4	30,2	35,8
12 e mais	18,0	21,7	31,2
<b>Grupos de idade</b>			
10 a 14	97,7	97,8	97,9
15 a 17	80,4	81,2	81,5
18 a 24	51,0	52,8	54,2
25 a 39	42,4	44,7	49,3
40 a 54	43,6	46,4	54,7
55 e mais	60,4	63,0	73,0

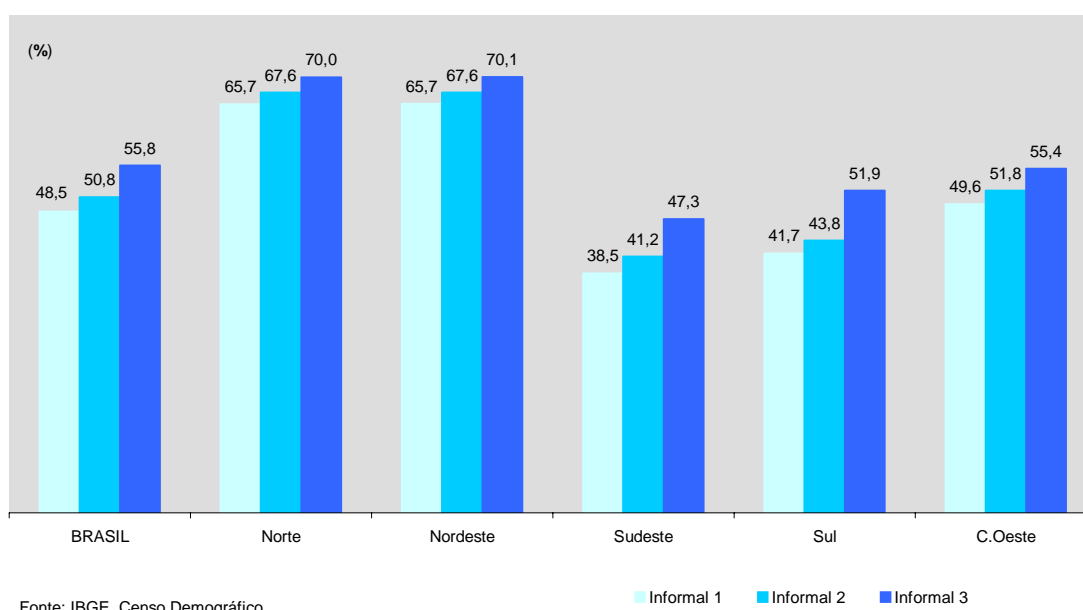
Fonte: Censo Demográfico - IBGE



## 5. Regiões, Estados e Microrregiões

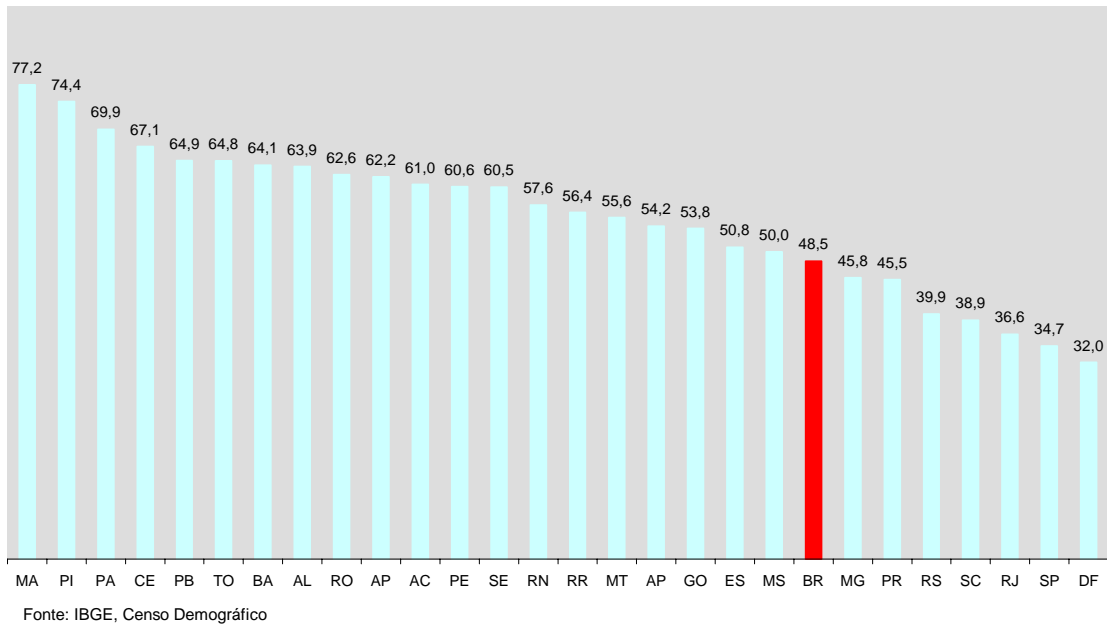
A importância relativa do setor informal é nitidamente maior nas regiões Norte e Nordeste, onde representa cerca de 66% da população ocupada segundo o conceito de informal 1 e 70% para o informal 3. Nas regiões Sul e Sudeste, o setor informal é relativamente menos importante. O informal 1 não passa de 38,5% no Sudeste e 41,7% no Sul. A região Centro-Oeste ocupa uma situação intermediária entre o Sul/Sudeste e o Norte/Nordeste. (Gráfico 6)

6 - População ocupada no setor informal - Brasil e Grandes Regiões - 2000

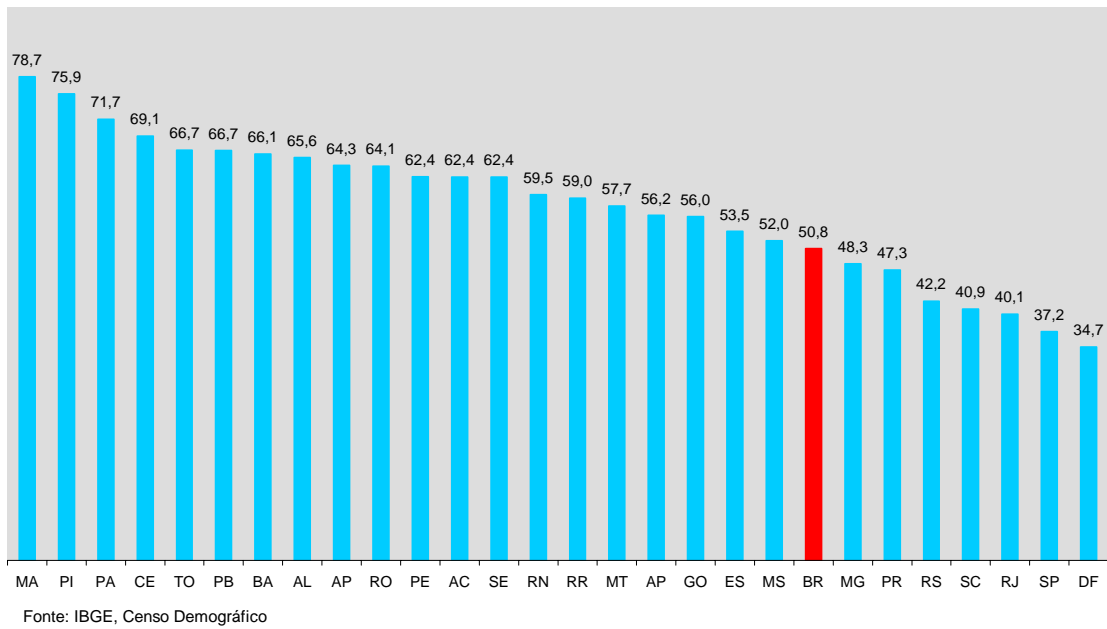


Independentemente do conceito utilizado, os estados do Sul/Sudeste estão em situação bem mais favorável que os do Norte/Nordeste. Em geral, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais apresentam percentuais de trabalhadores no setor informal abaixo da média nacional. Em contrapartida, são encontrados níveis bem altos de trabalhadores no setor informal nos estados das regiões Norte e Nordeste. (Gráficos 7a, 7b, 7c)

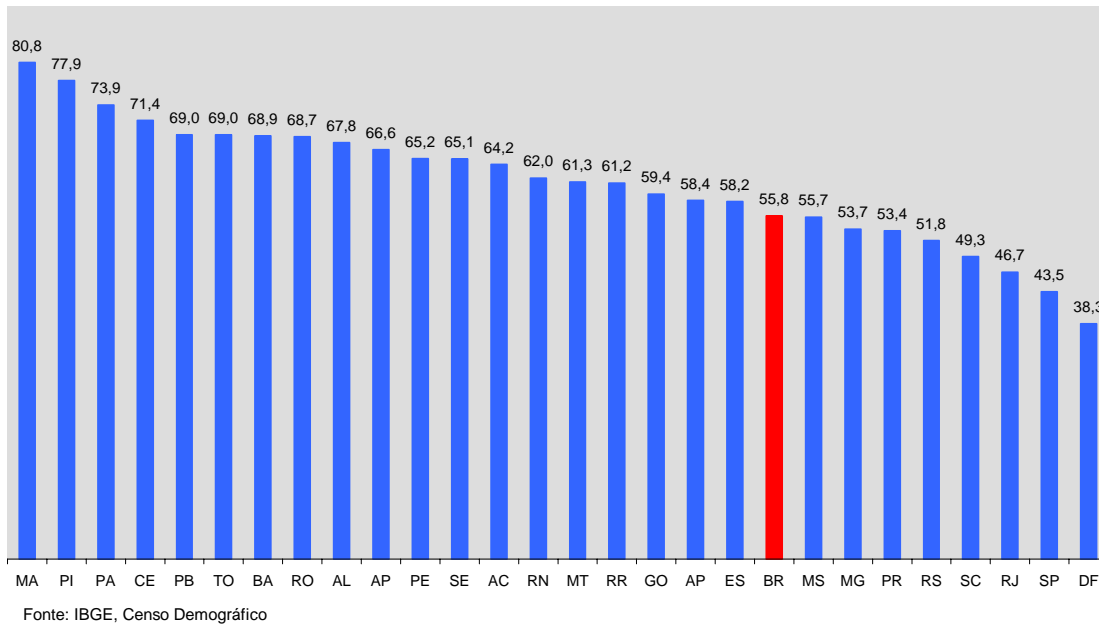
**7a - Percentual da população ocupada no setor informal 1 - Unidades da Federação - 2000**



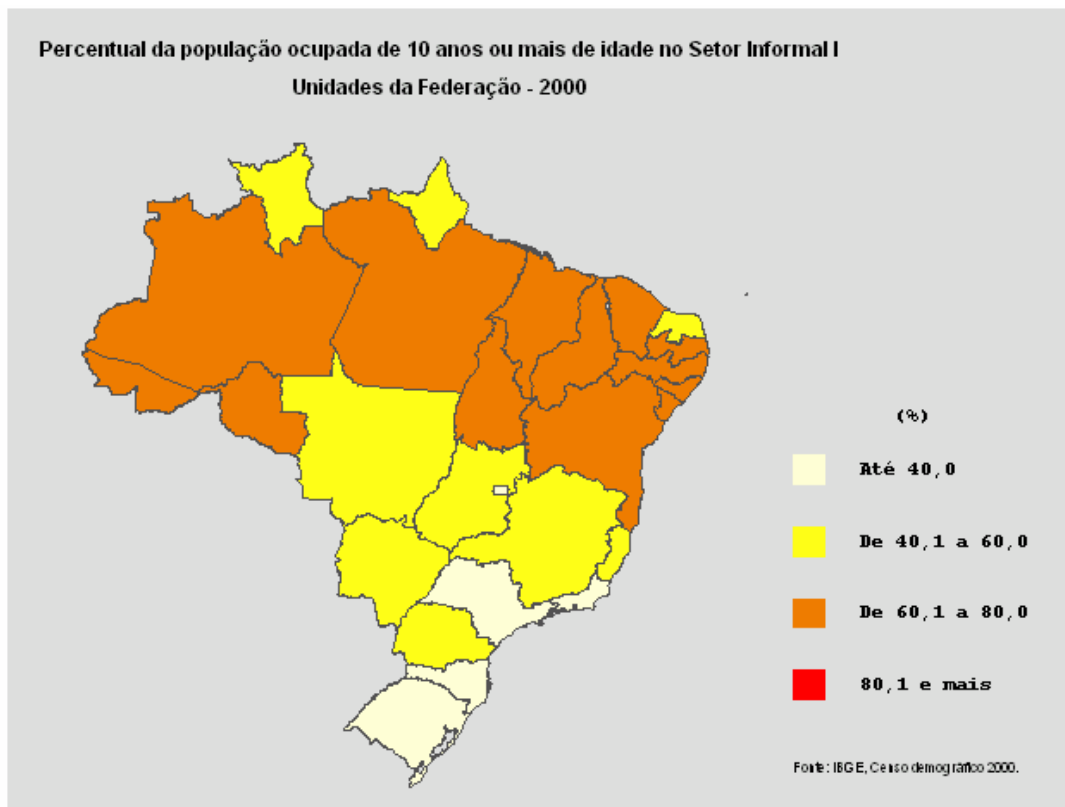
**7b - Percentual da população ocupada no setor informal 2 - Unidades da Federação - 2000**



7c - Percentual da população ocupada no setor informal 3 - Estados - 2000

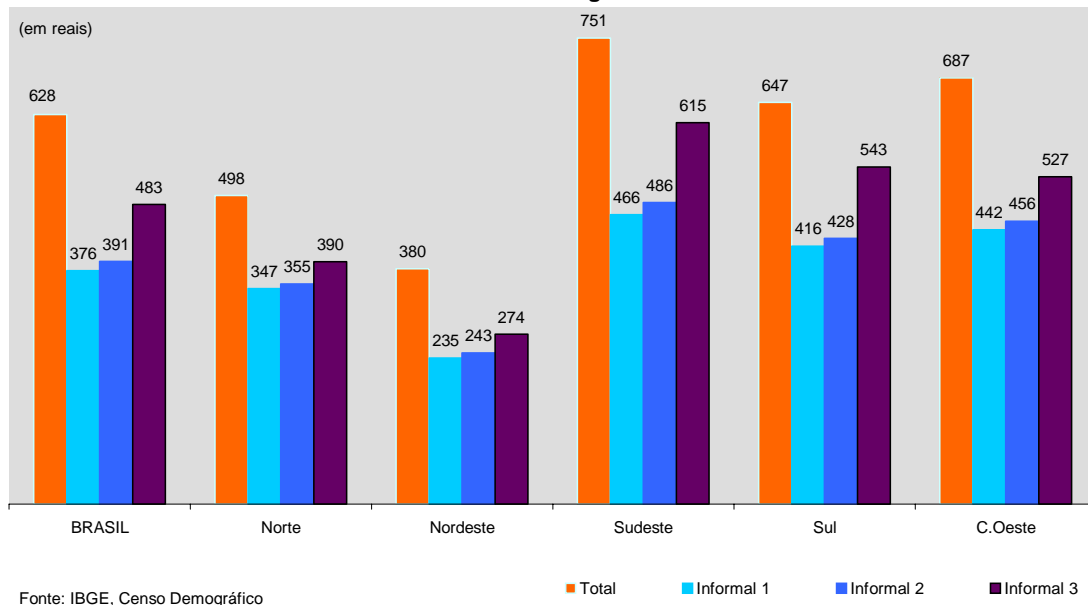


O Maranhão apresenta sistematicamente os percentuais mais elevados de pessoas no setor informal. Considerando, por exemplo, o conceito mais restrito (informal 1), há 77,2% de trabalhadores na informalidade. O Piauí também apresenta percentuais elevadíssimos – 74,4% no informal 1. Entre os demais estados, a maior incidência de trabalhadores informais é encontrada em estados das regiões Norte e Nordeste como Pará, Ceará, Paraíba, Tocantins e Bahia. (Ver Mapa dos Estados)



Os diferenciais de remuneração inter e intra regionais refletem os desníveis em termos de desenvolvimento econômico das distintas regiões do país. Enquanto a remuneração média no informal 1 da região Sudeste é de R\$ 466, no informal 3 sobe para R\$ 615 e para o conjunto da população ocupada atinge R\$ 751. No Nordeste, os valores são bem mais baixos. Respectivamente, R\$ 235, R\$ 274 e R\$ 380. Em outras palavras, a remuneração média na região Nordeste, considerados o setor formal e informal em conjunto, é bem inferior à remuneração média encontrada no informal 1 da região Sudeste. (Gráfico 8)

**8 - Rendimento médio da população ocupada - total e setor informal -  
Brasil e Grandes Regiões - 2000**



Os desníveis entre os estados são ainda maiores. No Distrito Federal, por exemplo, a remuneração média no informal 1 é de R\$ 552, enquanto para o conjunto das pessoas ocupadas (formal e informal) chega a R\$ 1106. No Piauí, os valores médios são, respectivamente, R\$ 189 e R\$ 311. Ou seja, o informal 1 do Distrito Federal rende em média a seus trabalhadores quase o dobro do que é pago aos trabalhadores formais e informais do Piauí. Em todos os estados, os níveis de remuneração no setor informal, independentemente do conceito utilizado, são inferiores aos encontrados no conjunto da economia. Por outro lado, a remuneração no setor informal acompanha de perto o nível de desenvolvimento do mercado de trabalho local. (Tabela 3)

**Tabela 3 - Rendimento nominal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas no setor informal - 2000 (em reais)**

	<b>Total</b>	<b>Informal 1</b>	<b>Informal 2</b>	<b>Informal 3</b>
<b>BRASIL</b>	<b>628</b>	<b>376</b>	<b>391</b>	<b>483</b>
<b>NORTE</b>	<b>498</b>	<b>347</b>	<b>355</b>	<b>390</b>
RONDONIA	575	432	438	490
ACRE	480	301	313	345
AMAZONAS	530	341	352	399
RORAIMA	612	410	426	463
PARA	461	334	339	364
AMAPA	591	363	378	432
TOCANTINS	451	322	329	367
<b>NORDESTE</b>	<b>380</b>	<b>235</b>	<b>243</b>	<b>274</b>
MARANHAO	310	206	212	229
PIAUÍ	311	189	197	220
CEARA	376	238	247	280
RIO GRANDE DO NORTE	417	273	279	309
PARAIBA	355	217	224	253
PERNAMBUCO	443	277	286	326
ALAGOAS	373	239	246	274
SERGIPE	377	219	228	260
BAHIA	385	235	244	276
<b>SUDESTE</b>	<b>751</b>	<b>466</b>	<b>486</b>	<b>615</b>
MINAS GERAIS	538	342	352	438
ESPIRITO SANTO	558	362	374	444
RIO DE JANEIRO	740	466	485	585
SAO PAULO	868	550	575	741
<b>SUL</b>	<b>647</b>	<b>416</b>	<b>428</b>	<b>543</b>
PARANA	639	412	425	522
SANTA CATARINA	663	451	460	582
RIO GRANDE DO SUL	646	402	415	544
MATO GROSSO DO SUL	601	415	423	487
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>687</b>	<b>442</b>	<b>456</b>	<b>527</b>
MATO GROSSO	639	464	472	538
GOIAS	569	413	421	482
DISTRITO FEDERAL	1106	552	607	732

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Os resultados encontrados nas microrregiões refletem a realidade de seus estados e de suas regiões. A regra geral é a maior incidência de informalidade nas microrregiões do Norte e Nordeste e a menor nas microrregiões do Sul/Sudeste.

Tomemos como exemplo o informal 1. Todas as cinquenta microrregiões com menor incidência de trabalhadores informais estão localizadas no Sul ou Sudeste do país. São Bento do Sul, Blumenau, Gramado-Canela, São Carlos, Joinville, Jundiaí, Pirassununga e

Caxias do Sul apresentam os menores percentuais, na faixa entre 20% e 30%. (Tabela 4)

As capitais das regiões Sul/Sudeste também se destacam entre os menores percentuais de informalidade: Florianópolis (30,2%); Porto Alegre (30,3%); São Paulo (32,1%); Belo Horizonte (32,8%); Curitiba (34,3%); e Rio de Janeiro (34,3%).

**Tabela 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas no Setor Informal I  
Microrregiões - 2000**

50 Microrregiões com percentuais menos elevados	UF	Pessoas ocupadas	
		Total	%
São Bento do Sul	SC	50 113	21,4
Blumenau	SC	272 343	24,7
Gramado-Canela	RS	135 547	26,0
São Carlos	SP	115 513	27,6
Joinville	SC	287 671	28,4
Jundiá	SP	215 511	28,5
Pirassununga	SP	69 190	28,6
Caxias do Sul	RS	329 907	28,8
Florianópolis	SC	307 148	30,2
Porto Alegre	RS	1 454 029	30,3
Jaú	SP	135 619	30,4
Campinas	SP	934 924	30,6
Araraquara	SP	184 586	31,2
Ribeirão Preto	SP	369 334	31,4
Juiz de Fora	MG	263 654	31,5
São José dos Campos	SP	472 227	31,6
Brasília	DF	852 842	32,0
São Paulo	SP	5 303 833	32,1
Sorocaba	SP	432 917	32,2
Osasco	SP	93 461	32,3
Rio Claro	SP	609 017	32,3
Botucatu	SP	1 729 407	32,8
Piracicaba	SP	209 964	32,8
Belo Horizonte	MG	73 219	32,8
Catanduva	SP	83 749	33,0
Limeira	SP	211 647	33,2
Moji-Mirim	SP	143 261	33,4
Barra do Piraí	RJ	60 992	34,0
Vale do Paraíba Fluminense	RJ	236 722	34,1
Rio de Janeiro	RJ	87 508	34,3
Curitiba	PR	1 138 531	34,3
Montenegro	RS	4 099 851	34,3
Guarulhos	SP	132 343	34,4
Marília	SP	447 333	34,4
Birigui	SP	106 245	34,5
Santos	SP	129 685	34,7
Bauru	SP	83 830	34,7
Tatuí	SP	215 622	34,7
Uberaba	MG	507 995	34,7
São João da Boa Vista	SP	164 324	35,6
Jaboticabal	SP	159 061	35,7
Lins	SP	61 220	36,2
Ponta Grossa	PR	18 874	36,6
Não-Me-Toque	RS	141 617	36,6
Macaé	RJ	70 602	36,7
Ipatinga	MG	168 984	36,9
Arapatuba	SP	101 224	37,0
Criciúma	SC	135 776	37,1
Franco da Rocha	SP	130 679	37,3
Lajeado-Estrela	RS	148 945	37,3
Sub-total		23 888 596	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Em geral, as capitais das demais regiões também se destacam pelos menores índices de informalidade em seus respectivos estados. Apesar disso, em algumas o informal 1 absorve mais da metade da mão-de-obra local: Porto Velho (53,8%); Rio Branco (52,9%); Manaus (50,2%); Boa Vista (51,1%); Belém (52,7%); Macapá (52,9%); São Luís (51,9%); Teresina (54,0%).

Quase todas as cinquenta microrregiões com maior incidência de informalidade estão localizadas na região Nordeste, especialmente nos estados do Maranhão e Piauí. As demais estão localizadas na região Norte. Seus respectivos percentuais de trabalhadores no informal 1 variam entre 84% e 90% da população ocupada. O maior valor foi encontrado no Baixo Parnaíba Maranhense e Chapadas do Extremo Sul Piauiense, onde 90% das pessoas ocupadas estão no informal 1. Ao se considerar o informal 3, chega a 93% a parcela de pessoas ocupadas no Baixo Parnaíba Maranhense. (Tabela 5)

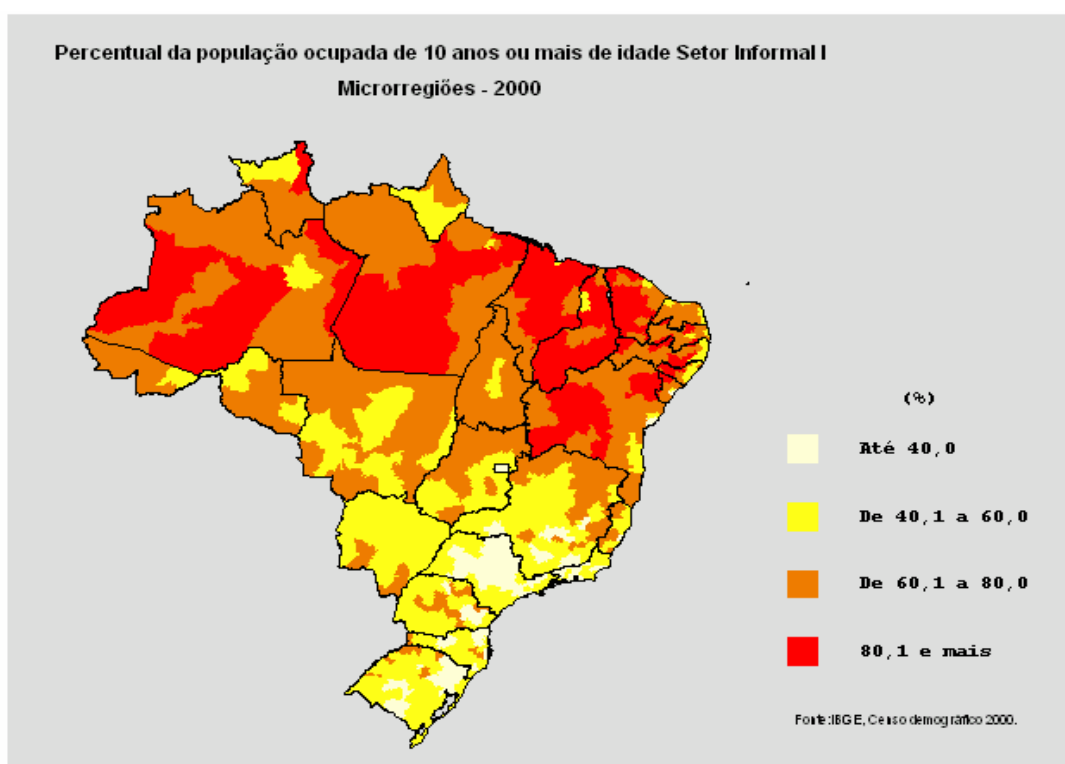


**Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas no Setor Informal I  
Microrregiões - 2000**

50 Microrregiões com percentuais mais elevados	UF	Pessoas ocupadas	
		Total	%
Baixo Parnaíba Maranhense	MA	39 385	90,1
Chapadas do Extremo Sul Piauiense	PI	28 807	90,0
Serrana do Sertão Alagoano	AL	32 469	89,1
Vale do Ipanema	PE	56 914	89,1
Alto Parnaíba Piauiense	PI	12 792	89,0
Traipu	AL	12 169	88,8
Presidente Dutra	MA	69 570	88,7
Chapadinha	MA	67 955	88,4
Gurupi	MA	57 345	88,2
Chapada do Araripe	CE	32 307	87,8
Sertão de Inhamuns	CE	51 425	87,6
São Raimundo Nonato	PI	46 448	87,4
Alto Médio Canindé	PI	85 437	87,3
Alto Mearim e Grajaú	MA	81 952	87,2
Pio IX	PI	21 785	87,2
Santana do Ipanema	AL	60 170	87,1
Ribeira do Pombal	BA	107 995	87,1
Alto Médio Gurgéia	PI	26 921	87,0
Japurí	AM	6 099	86,4
Jeremoabo	BA	34 528	86,4
Lençóis Maranhenses	MA	41 638	86,3
Baixo Parnaíba Piauiense	PI	115 740	86,3
Umbuzeiro	PB	18 672	86,2
Chapadas do Alto Itapecuru	MA	65 216	86,2
Itapecuru Mirim	MA	53 516	86,1
Bertolínia	PI	12 817	85,9
Ipu	CE	53 802	85,9
Guamá	PA	121 235	85,9
Várzea Alegre	CE	32 653	85,8
Cotegipe	BA	34 511	85,8
Euclides da Cunha	BA	88 931	85,6
Pindaré	MA	170 114	85,6
Litoral Ocidental Maranhense	MA	63 147	85,6
Purus	AM	14 557	85,4
Boca do Acre	AM	13 771	85,3
Codó	MA	84 751	85,2
Baixada Maranhense	MA	176 320	85,1
Médio Parnaíba Piauiense	PI	43 038	85,1
Caririáçu	CE	22 220	85,0
Sertão de Senador Pompeu	CE	75 938	84,7
Corea	CE	18 417	84,6
Coari	AM	38 177	84,5
Alto Capibaribe	PE	89 369	84,5
Ibiapaba	CE	90 565	84,3
Brejo Pernambucano	PE	74 941	84,3
Portel	PA	29 849	84,2
Cametá	PA	116 251	84,1
Batalha	AL	28 592	84,1
Santa Quitéria	CE	23 831	83,9
Rosário	MA	39 585	83,9
Sub-total		2 784 637	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Cabe mencionar que mesmo nas regiões Sul e Sudeste encontra-se alta incidência de informalidade em várias microrregiões do interior. Em Minas Gerais, o informal 1 chega a 78% em Peçanha, 75% em Araçuaí. Em outras sete microrregiões mineiras, mais de 70% da população ocupada encontra-se no informal 1. No Espírito Santo, atinge 73,5% em Afonso Cláudio, 72,8% em Santa Teresa e 72,4% em Barra do São Francisco. No Paraná, os maiores percentuais são encontrados em Cerro Azul (77%) e Pitanga (72,2%). Em Santa Catarina, chega a 70% em Tabuleiro. No Rio Grande do Sul, Cerro Largo possui 72,6% dos trabalhadores no informal 1. (Ver Mapa das microrregiões)



Na região Centro-Oeste, a microrregião do Distrito Federal é o único destaque positivo entre as quatro capitais. Nas demais, a incidência da informalidade é bem mais alta, variando entre 43% em Campo Grande e 46,2% em Goiânia segundo o conceito de informal 1. Em alguns casos são atingidos percentuais bem altos no interior dos estados, como em Norte Araguaia (76,3%), Aripuanã (73,9%) e Paranatinga

(72,3%) no Mato Grosso e Vão do Paraná (74,7%) e Chapada dos Veadeiros (71,9%) em Goiás.

Conforme esperado, os desníveis de remunerações médias entre as microrregiões também são muito elevados. Tomados os casos extremos, por exemplo, verifica-se que a maior remuneração média é encontrada na microrregião de São Paulo (R\$ 1128) e a menor em Coreaú (R\$ 126). Considerado o setor informal 1, o valor máximo é observado em Fernando de Noronha (R\$ 965) e o menor também em Coreaú (R\$ 98), representando uma relação de cerca de dez para um. (Tabelas 6 e 7)

Entre os menores níveis de remuneração no setor informal não há surpresas. São todas microrregiões localizadas nas áreas mais pobres do país no interior da região Nordeste.

Entre as maiores remunerações, entretanto, há surpresas, que não se restringem ao fato de Fernando de Noronha ocupar o nível mais elevado. Apenas 32 das 50 maiores remunerações médias do informal 1 estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste. Entre as demais é surpreendente observar que nove são microrregiões do Mato Grosso, fato este provavelmente associado à explosão da agroindústria na região Centro-Oeste. Há ainda casos isolados de microrregiões com remunerações relativamente altas em outros estados das regiões Norte e Centro-Oeste.

**Tabela 6 - Rendimento nominal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas no Setor Informal 1 - Microrregiões - 2000**

50 Microrregiões com rendimentos mais elevados	UF	Rendimento das pessoas ocupadas (R\$)	
		Total	Setor Informal 1
Fernando de Noronha	PE	999	965
São Paulo	SP	1128	715
Cassilândia	MS	749	649
Parecis	MT	779	608
Alto Teles Pires	MT	805	602
São Félix do Xingu	PA	592	597
Florianópolis	SC	885	585
Campinas	SP	917	580
Primavera do Leste	MT	752	579
Sinop	MT	724	574
Osasco	SP	816	573
Curitiba	PR	869	562
Jundiá	SP	876	561
Caxias do Sul	RS	770	557
Santos	SP	850	556
Brasília	DF	1106	552
Oiapoque	AP	693	538
Blumenau	SC	691	538
Itapecerica da Serra	SP	711	534
Ribeirão Preto	SP	830	532
Guarulhos	SP	754	528
Itajaí	SC	740	526
Guaporé	RS	623	526
São Carlos	SP	729	521
Joinville	SC	741	515
Rio de Janeiro	RJ	814	515
Goiânia	GO	701	514
Sorocaba	SP	764	513
São José dos Campos	SP	869	505
Porto Alegre	RS	813	501
Cuiabá	MT	749	498
São José do Rio Preto	SP	742	494
Ariquemes	RO	570	494
Alto Araguaia	MT	602	493
Rio Claro	SP	775	487
Piracicaba	SP	766	486
Maringá	PR	688	485
Uberaba	MG	656	482
Campo Grande	MS	716	476
Bragança Paulista	SP	701	476
Foz do Iguaçu	PR	642	472
Ituporanga	SC	529	471
Belo Horizonte	MG	726	470
Caraguatatuba	SP	620	468
Canarana	MT	610	467
Colíder	MT	559	466
Aripuanã	MT	569	464
Moji-Mirim	SP	683	464
Porto Velho	RO	683	463
Londrina	PR	714	462

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

**Tabela 7 - Rendimento nominal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas no Setor Informal 1- Microrregiões - 2000**

50 Microrregiões com rendimentos menos elevados	UF	Rendimento das pessoas ocupadas (R\$)	
		Total	Setor Informal 1
Coreaú	CE	126	98
Caririaçu	CE	158	115
Itapecuru Mirim	MA	163	119
Baixo Parnaíba Piauí	PI	172	122
Meruoca	CE	163	125
Ipu	CE	169	125
Médio Parnaíba Piauí	PI	173	128
Traipu	AL	182	136
Itaporanga	PB	180	138
Cariri Ocidental	PB	185	139
Serra do Teixeira	PB	196	139
Litoral Ocidental	MA	175	141
Campo Maior	PI	185	141
Piancó	PB	182	141
Lençóis Maranhenses	MA	176	142
Codó	MA	201	143
Coelho Neto	MA	206	145
Euclides da Cunha	BA	186	146
Brejo Paraibano	PB	208	147
Barro	CE	185	148
Serrinha	BA	217	149
Litoral de Camocim	CE	197	149
Seridó Oriental	PB	198	150
Nossa Senhora das Dores	SE	201	150
Médio Jaguaribe	CE	239	152
Baixo Parnaíba	MA	177	153
Médio Mearim	MA	207	153
Cotinguiba	SE	206	154
Rosário	MA	202	154
Chapadinha	MA	204	155
Baixada Maranhense	MA	188	156
Várzea Alegre	CE	194	156
Jeremoabo	BA	196	158
Serrana do Sertão	AL	205	158
Sertão de Inhamuns	CE	202	159
Bertolínia	PI	194	160
Itabaiana	PB	196	160
Umbuzeiro	PB	176	161
Tobias Barreto	SE	200	161
Itapipoca	CE	215	162
Curimataú Oriental	PB	226	162
Ibiapaba	CE	205	162
Itaberaba	BA	222	162
Sertão de Cratêus	CE	230	162
Baturité	CE	214	162
Catolé do Rocha	PB	208	163
Chorozinho	CE	202	164
Lavras da Mangabeira	CE	202	164
Ribeira do Pombal	BA	205	165
Alto Médio Canindé	PI	204	166

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

## 6. Conclusão

Um primeiro ensinamento que pode ser tirado da análise desenvolvida é que nem sempre o setor (in)formal pode ser associado ao trabalho (in)decente. Embora a regra geral seja encontrar condições de trabalho piores no setor informal do que no formal, há exceções. Alguns trabalhadores usualmente incluídos no setor informal como os empregadores não contribuintes e os trabalhadores por conta própria contribuintes possuem em média remunerações relativamente elevadas que dificilmente permitiriam identificá-los como pessoas submetidas ao trabalho indecente.

Tais casos, entretanto, não representam a regra geral dos trabalhadores do setor informal, em geral recebendo baixos rendimentos, sem carteira assinada e sem contribuição previdenciária, o que os deixa em situação bastante precária no presente e compromete seu futuro.

Um segundo resultado importante foi a comprovação de que o setor informal é muito diferenciado regionalmente, de modo que, nas regiões mais desenvolvidas do país, ele oferece condições de trabalho bem mais favoráveis (maiores remunerações) que nas regiões menos desenvolvidas. Isto é verificado tanto no corte por grandes regiões, quanto por estados ou microrregiões. Há, entretanto, exceções na análise por microrregião registradas do texto.

O maior peso do setor informal ocorre nas regiões Norte e Nordeste e em alguns estados destas regiões como Maranhão, Piauí, Ceará e Pará. A desagregação dos dados por microrregiões mostra resultados ainda mais desiguais. Considerando, por exemplo, as cinquenta microrregiões com maior incidência de informalidade, verifica-se que todas se encontram no Norte e, principalmente, no Nordeste. Em contrapartida, entre as cinquenta com menor informalidade, todas se localizam no Sul ou Sudeste.

A análise setorial apontou para os segmentos da economia onde a informalidade é mais intensa, como a agricultura, pecuária e demais atividades do setor primário, a construção civil e alguns setores do terciário como alojamento e alimentação. Ela é relativamente reduzida

na administração pública, serviços industriais de utilidade pública (água, luz e gás), intermediação financeira, educação, saúde e serviços sociais.

Um resultado até certo ponto surpreendente é o fato das mulheres não estarem mais sujeitas ao trabalho informal que os homens. A probabilidade de um homem estar no setor informal é semelhante à da mulher.

Os demais cortes segundo as características dos trabalhadores não apresentaram surpresas. Trabalhadores negros e pardos, jovens e idosos e aqueles com menor nível de escolaridade têm maior chance de ocupar uma vaga no setor informal do que, respectivamente, trabalhadores brancos, adultos e pessoas com maior nível de escolaridade.

Embora os dados do Censo Demográfico de 2000 não permitam um estudo sobre a evolução do setor informal no Brasil, outras fontes de dados do IBGE, como a PNAD e a PME, têm mostrado um aumento da informalidade nos últimos anos no país.

A redução dos altos níveis de informalidade e das precárias condições de trabalho da maioria das pessoas ocupadas depende, não apenas da retomada do crescimento econômico, mas também da vontade política das autoridades para realizarem as mudanças necessárias no mercado de trabalho, cuja má performance compromete não apenas o presente como o futuro dos trabalhadores. Mais do que nunca, é preciso caminhar em direção ao trabalho decente no Brasil.

## Bibliografia

Cacciamali, M. C., Globalização e Processo de Informalidade, mimeo, São Paulo, 1999.

Hussmans, R., Informal Sector: Statistical Definition and Survey Methods, OIT, Genebra, dezembro de 1997.

OIT, Employment, Income and Equality: a Strategy for Increasing Employment in Kenya, Genebra, 1972.

OIT, Apresentação do Seminário Trabalho Decente: Emprego/Empreendedorismo com Proteção Social, Direitos Fundamentais e Diálogo Social, Brasília, 16/09/2003.

Saboia, J., Transformações no Mercado de Trabalho durante a Crise: 1980-1983, Revista de Economia Política, v. 6, n. 3, julho/setembro de 1986

Souza, P. R., A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas, tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 1980